



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – CAEN

CRISTIANE ELEUTÉRIO CARVALHO DEUSDARÁ

**A IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM E
SEUS REFLEXOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE
SÃO GONÇALO DO AMARANTE**

FORTALEZA – CE

2013

CRISTIANE ELEUTÉRIO CARVALHO DEUSDARÁ

A IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM E SEUS
REFLEXOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
GONÇALO DO AMARANTE

Dissertação apresentada no Mestrado Profissional em Economia – MPE no Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará – UFC/CAEN, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Nicolino Trompieri Neto

FORTALEZA – CE

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Pós Graduação em Economia - CAEN

D495i Deusdará, Cristiane Eleutério Carvalho

A implantação do complexo industrial e portuário do Pecém e seus reflexos sobre o desenvolvimento local do Município de São Gonçalo do Amarante /Cristiane Eleutério Carvalho Deusdará. – 2013.
50f. il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof. Dr. Nicolino Trompieri Neto

1. Desenvolvimento econômico 2. Porto do Pecém I. Título.

CDD 330.981

CRISTIANE ELEUTÉRIO CARVALHO DEUSDARÁ

A IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM E SEUS
REFLEXOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
GONÇALO DO AMARANTE

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Economia. Área de concentração: Economia do Setor Público.

Aprovada em ____/ ____/ ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nicolino Trompieri Neto
Orientador

Prof. Dr. Odorico de Moraes Eloy da Costa
Membro

Prof. Dr. Márcio Veras Corrêa
Membro

AGRADECIMENTOS

Ao Fernando, meu marido, pela compreensão nos momentos de minha ausência, pelo carinho e incentivos incontestáveis.

Aos meus pais, Oséas e Stela, que me ensinaram a não temer desafios e a agir com humildade e honestidade.

Ao Prof. Nicolino Trompieri, pela paciência, dedicação e profissionalismo.

Aos colegas do mestrado, pela solidariedade ao longo do curso, em especial Avilton Júnior.

À SEINFRA, pelas informações essenciais à elaboração deste trabalho.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise do desenvolvimento do Município de São Gonçalo do Amarante em decorrência da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Inicialmente, é feita uma abordagem, em nível conceitual, de Desenvolvimento Econômico Local, destacando-se alguns aspectos associados a esse tema. cumpre ressaltar que o governo local tem um papel relevante no processo de desenvolvimento obtendo, sobremaneira, soluções viáveis para os problemas socioeconômicos da comunidade, em busca de parcerias entre os setores público e privado e a sociedade. Nessa perspectiva, procura-se evidenciar que a decisão de construção de um empreendimento do porte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém trouxe impactos significativos ao desenvolvimento do Município de São Gonçalo do Amarante. A referência específica deste trabalho a esse município decorre em função do Porto e da maior parte do Complexo Industrial estarem localizados naquela área territorial. Por fim, esta dissertação procura destacar, à luz de fatos e dados, os reflexos decorrentes de tal empreendimento naquele município.

Palavras-chave: Desenvolvimento local, Governo Local, Complexo Industrial e Portuário

ABSTRACT

This study aims to analyze the development of São Gonçalo do Amarante due to the implementation of Industrial and Port Complex of Pecém. Initially, it is made an approach at a conceptual level of Local Economic Development, highlighting some important aspects related to this subject. It should be noted that local government has an important role in the development process getting, excessively, practicable solutions to the socioeconomic problems of the community in search of partnerships between the public and private sectors and society. In this perspective, we seek to show clearly that the decision to build a new enterprise of the size of Industrial and Port Complex of Pecém brought significant impacts to the development of the Municipal District of São Gonçalo do Amarante. The specific reference of this work derives in function of harbour and the largest part of Industrial Complex are located in that territorial area. Finally, this dissertation seeks to highlight, at the light of facts and data, the resultant reflexes from such an enterprise in that municipality.

Keywords: Local Development, Local Government, Industrial and Port Complex

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Características da População.....	28
Tabela 2	– Percentual de domicílios com coleta de lixo adequada – 2000/2010	32
Tabela 3	– Percentual de domicílios com energia elétrica – 2000/2010	32
Tabela 4	– Percentual de domicílios ligados a rede geral de esgoto – 2000/2010	33
Tabela 5	– Percentual de domicílios ligados a rede geral de água – 2000/2010	34
Tabela 6	– Percentual de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas – 2000/2010.....	34
Tabela 7	– Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM – 2000/2010....	34
Tabela 8	– Receita Corrente – 2000/2010	38
Tabela 9	– Imposto Sobre Serviço (ISS) – 2000/2010	39
Tabela 10	– Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI – 2000/2010	39
Tabela 11	– Cota do Fundo de Participação dos Municípios – FPM – 2000/2010.....	40
Tabela 12	– Cota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – 2000/2010	41
Tabela 13	– Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – 2000/2010	41
Tabela 14	– Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI Export. – 2000/2010.....	42
Tabela 15	– Produto Interno Bruto – PIB – 2006/2010	43
Tabela 16	– Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF – 2006/2010	45
Tabela 17	– Estatística do Cadastro Geral de Empresas – 2006/2010	46

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	– Efeitos multiplicadores a serem induzidos para maximização dos benefícios socioeconômicos e vinculados à implantação e operação do CIPP	18
Gráfico 2	– Dimensões envolvidas com um porto voltado para o desenvolvimento socioeconômico	19
Mapa 1	– Plano Diretor do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.....	24
Quadro 1	– Resumo das variáveis que compõem o cálculo do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM – por Área de Desenvolvimento	35
Gráfico 3	– Evolução anual do IFDM – 2000/2010	36
Quadro 2	– Resumo dos indicadores que compõem o cálculo do Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF	44
Gráfico 4	– Evolução anual do IFGF – 2006/2010	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	12
2.1 Desenvolvimento Econômico Local: Discussão Conceitual	12
2.2 Governo local e o processo de desenvolvimento.....	14
3 COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO ENQUANTO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	17
4 COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP.....	21
4.1 Aspectos Técnicos	21
4.2 A Gestão do CIPP	26
5 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE.....	28
6 METODOLOGIA.....	30
7 RESULTADOS DA PESQUISA	32
7.1 Indicadores Sociais	32
7.1.1 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM.....	35
7.2 Indicadores Econômicos.....	38
7.2.1 Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF	44
7.3 Empresas e ocupações em São Gonçalo do Amarante	46
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em desenvolvimento econômico local, não nos referimos somente ao desenvolvimento gerado a partir do desenvolvimento nacional, e sim, ao desenvolvimento proporcionado por vários agentes locais, quais sejam, a sociedade civil, os empresários e o governo, na busca de se identificar potencialidades e se apontar estratégias que induzam ao desenvolvimento de um determinado local ou região.

A busca de espaços dotados com as melhores condições de estímulo ao desenvolvimento local, com vantagens derivadas da ampla disponibilidade de mão de obra qualificada, adequada infraestrutura, capacidade de inovação e de reinvenção produtiva, são os principais desafios para a melhoria da competitividade da economia de uma região.

Na conceituação de Buarque (2002, p.25):

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local.”

Os resultados positivos das ações do governo local sobre o desenvolvimento socioeconômico dependem, inicialmente, de uma atitude de compromisso com o desenvolvimento local que presida o governo.

Baseado nessas premissas o Estado do Ceará vem buscando, há algumas décadas, tornar a economia do Estado mais dinâmica através de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, principalmente através da estruturação do parque industrial cearense.

Pode-se observar que já no I Plano de Metas Governamentais – I PLAMEG, no primeiro governo Virgílio Távora, já se falava em “apoio a elaboração de projetos industriais e criação de distritos industriais”. No II Plano de Metas Governamentais – II PLAMEG, no segundo governo Virgílio Távora, se destacava o “a definição de distritos industriais e a criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI”. Essas ações podem ser consideradas como um embrião da política de desenvolvimento voltada a atividades indústrias. (LEÃO, 2011). Já no governo Tasso Jereissati, essa política passou a ser uma realidade no contexto estadual.

Uma abordagem que é apresentada neste trabalho é que um Porto e um Complexo Industrial podem ser indutores de desenvolvimento de uma região. Um Complexo Industrial e Portuário induz e multiplica a implantação de indústrias de transformação, criando valor agregado e intensificando o tráfego marítimo e terrestre e isso, retroalimenta o complexo induzindo e acelerando o desenvolvimento regional, gerando benefícios socioeconômicos para o Estado, região e país.

Nesse contexto, a criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (doravante CIPP) foi motivada na perspectiva de formação de um novo espaço econômico no Estado, através da construção de um Porto e de um Complexo Industrial, cuja dinâmica está centrada na instalação de indústrias âncoras, que serão determinantes para a produção global de um sistema de indústrias que se instalarão no Complexo.

O presente trabalho tem por principal objetivo analisar as transformações sofridas e as que poderão advir no Município de São Gonçalo do Amarante, decorrentes da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, e suas influências no processo do desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, procura-se evidenciar que a decisão de construção de um empreendimento do porte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém trará impactos significativos ao desenvolvimento do Município de São Gonçalo do Amarante. A referência específica deste trabalho a esse Município decorre em função do Porto e da maior parte do Complexo Industrial estarem localizados naquela área territorial.

A dissertação está disposta da seguinte maneira: em primeiro lugar, é dada uma abordagem em nível teórico de Desenvolvimento Econômico Local, destacando-se o relevante papel do governo em nível local no processo de desenvolvimento. Em seguida, procura-se dar uma visão geral sobre Complexo Industrial e Portuário, e como eles, Porto e Complexo Industrial, podem ser indutores de desenvolvimento. No capítulo seguinte, mostram-se os aspectos técnicos do Complexo industrial e Portuário do Pecém. Posteriormente, é feita uma explanação do Município de São Gonçalo do Amarante, mostrando suas principais características. Em seguida, descreve-se a metodologia utilizada no presente trabalho. Por fim, é feita uma análise dos indicadores sociais e econômicos do município, comparando suas evoluções entre os anos de 2000 e 2010, sempre tentando mostrar as mudanças ocorridas em decorrência da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

2.1 Desenvolvimento Econômico Local: Discussão Conceitual

Para conceituar o que é desenvolvimento local e municipal Buarque (1998), citado por Carmo (1999, p.5), enfatiza:

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social, em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Desenvolvimento econômico local, no conceito formalizado por Coelho (1996, p.48) significa "um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar, de maneira sustentável, as condições de vida dos habitantes de uma localidade, e no qual o desenvolvimento estimula a ampla participação de todos os atores relevantes".

Na visão de Jordan e Zapata (1998) citado por Carmo (1999, p. 5), desenvolvimento econômico local é conceituado "como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração sócio-econômica, de reconstrução do tecido social, de geração de trabalho e renda".

O desenvolvimento econômico local é uma nova estratégia de desenvolvimento, pela qual a comunidade assume um novo papel: de comunidade demandante, ela emerge como agente, protagonista e empreendedora, com autonomia e independência.

Segundo Coelho (1996, p.48), considera-se que o desenvolvimento local consiste em potencializar o desenvolvimento socioeconômico como base principal a mobilização de recursos humanos e financeiros locais, significando uma reorganização institucional que permita a acumulação local através de pequenos empreendimentos, do associativismo, de direcionamento da ação local à integração do mercado popular com o circuito de acumulação que surgem com a reestruturação econômica.

É necessário entender que o desenvolvimento local precisa ser pensado não apenas dentro de uma lógica economicista e sim, ser levadas em consideração fatores como qualidade

de vida, socialização do poder, distribuição do poder, distribuição de renda, acesso aos serviços públicos e aos benefícios de tecnologia.

De acordo com Albuquerque (1998, p.56), a conquista dos equilíbrios macroeconômicos não garante, por si só, o desenvolvimento econômico. Este depende, fundamentalmente, da contínua capacidade para introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizativas em nível microeconômico da atividade produtiva e do tecido empresarial territorial. Igualmente, faz-se necessário efetuar uma série de intervenções em nível mesoeconômico, âmbito no qual tanto o setor público como os agentes privados empresariais devem ser capazes de abrir espaços de negociação estratégica e construir uma institucionalidade político-administrativa que dê suporte ao desenvolvimento.

A política de desenvolvimento local difere, pois, da política industrial tradicional, na medida em que centra sua atenção na pequena e média empresa e na microempresa. Assim como na criação de novas empresas inovadoras, no lugar da habitual tendência em favor da grande empresa, mas isso não significa que as grandes empresas e as cadeias produtivas geradas no território, a partir delas, não devam ser objeto de interesse para o desenvolvimento econômico local.

Como se pode observar, na busca do desenvolvimento econômico local não existem conceitos prontos. Além do mais, salientamos a importância de negociações entre o setor empresarial e a sociedade civil na busca constante pelo desenvolvimento, uma vez que o planejamento do desenvolvimento se visualiza como uma tarefa coletiva de interesse comum, para melhorar o nível de vida de toda a população.

Pode-se dizer, como destaca Vázquez Barquero, apud Albuquerque (1998), que o desenvolvimento econômico local é um processo de desenvolvimento econômico e mudança estrutural que conduz a um melhor nível de vida da população e onde podem-se distinguir três dimensões principais:

- a) Econômica: os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos endógenos com níveis de produtividade suficientes capazes de competir nos mercados;
- b) Sociocultural: os valores e instituições locais permitem impulsionar ou apoiar o próprio processo de desenvolvimento;

c) Político-administrativo: as políticas territoriais facilitam ou estimulam a criação de um "ambiente inovador" favorável ao desenvolvimento endógeno.

Quando se fala em desenvolvimento local, não se pode deixar de enfatizar o desenvolvimento sustentável. O princípio da sustentabilidade refere-se à possibilidade de obtenção de resultados permanentes no processo de desenvolvimento, preservando a capacidade produtiva dos recursos naturais, maximizando seus efeitos sobre a criação e distribuição de renda e de ocupações e assegurando apoio político capaz de garantir a continuidade das ações e de seus resultados sobre o bem-estar da população.

Entende-se por desenvolvimento sustentável aquele que concilia métodos de proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica, promovendo a inclusão econômica e social dos indivíduos nos circuitos de produção, cidadania e consumo. Este estilo de desenvolvimento deve oferecer um amplo conjunto de políticas públicas capaz de universalizar o acesso da população aos serviços de infraestrutura econômica e social, mobilizando os recursos para satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. (BRASIL, 1999).

A sustentabilidade política, social, espacial, econômica e, até cultural, só poderá ser garantida na medida em que as reivindicações e os interesses locais forem respeitados e puderem ter voz ativa nessas decisões, tanto na fase de planejamento, como na de implantação, operação e fiscalização, principalmente, dos projetos de infraestrutura.

2.2 Governo local e o processo de desenvolvimento

Segundo Dowbor (1996), existem três possibilidades de atuação do governo local. A primeira é a intervenção do governo local sobre as condições de ambiente, ou seja, eliminar os entraves legais e administrativos para evitar que esses dispositivos tomem-se obstáculos ao desenvolvimento local. Esta desburocratização tem o objetivo de incentivar os cidadãos mais pobres, evitando que a iniciativa econômica torne-se monopólio daqueles que podem assumir os custos gerados pelas restrições legais e administrativas.

Um segundo patamar é a formação básica e profissional, para impedir que o acesso a postos de trabalho seja negado devido à falta de qualificação. A disponibilidade de recursos

humanos qualificados constitui talvez o elemento estratégico mais importante para garantir o êxito do processo de inovação produtiva e empresarial.

Um terceiro plano é a atuação nos setores mais ou menos permeáveis aos empregados, ou seja, como as dinâmicas intersetoriais são muito diferenciadas, alguns setores têm maiores condições de gerar empregos a partir de ações de âmbito local.

Assim como é importante estimular novas formas de organização da produção, também é positivo para o processo de desenvolvimento local que se busque novas formas de ajuda e cooperação, no sentido de superar o assistencialismo tradicional, que está radicalmente ultrapassado.

Outro ponto a ser valorizado é a constituição de formas de cooperação descentralizada, como os sistemas de ajuda horizontal. Um exemplo é o estabelecimento de convênios entre hospitais locais com hospitais do exterior. Muitas vezes, esse tipo de ajuda pode focar intercâmbio e disseminação de experiências, suprimindo os governos locais e as iniciativas comunitárias de informações e conhecimento técnico fácil de ser acessado.

Ainda na visão de Dowbor (1996) outra forma de intervenção positiva do governo local no processo de desenvolvimento são as ações de aumento da produtividade social, isto é, diz respeito às externalidades negativas que afetam o desempenho das unidades de produção e, por extensão, da economia local.

Assim, realizar ações que incrementem a produtividade social significa intervir na infraestrutura e nos serviços públicos, orientando-se para a eliminação de perdas e aumento da produtividade dos recursos de que a comunidade dispõe, públicos ou privados, considerando-se que estes recursos devem gerar a maior quantidade de bem-estar possível.

Os resultados positivos das ações do governo local sobre o desenvolvimento dependem, inicialmente, de uma atitude de compromisso com o desenvolvimento local que presida o governo. É essa postura que possibilitará que o governo local articule a mobilização das capacidades locais. Esta, por sua vez, configura um processo que poderia ser chamado de "reengenharia social", no sentido de que altera a dinâmica social.

Qualquer que seja a característica econômica de cada comunidade, há oportunidades para que o governo local cumpra papel ativo, identificando, na implementação do planejamento estratégico, o levantamento dos fatores que tem impacto sobre o desenvolvimento econômico local, definindo objetivos e metas alcançáveis, que possam ser

construídas em parceria, com empresas privadas, e com organizações não governamentais. Para que o planejamento estratégico se constitua no marco útil para futuras atividades de desenvolvimento econômico, é necessário que se assumam compromissos políticos e administrativos.

Qualquer ação local de desenvolvimento deve ser organizada de maneira a garantir a afirmação de direitos iguais para todos os grupos da sociedade, especialmente, no Brasil, onde a cidadania é um conceito não absorvido e vivenciado pela grande maioria da população, se exige uma grande preocupação com a criação de uma cultura político democrática. Há uma forte interação entre os processos de construção da democracia política e da democracia econômica." (Dowbor, 1996, p.44).

Tentando seguir o raciocínio teórico, a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém tem o propósito de fortalecer e dar sustentabilidade ao crescimento do parque industrial do Ceará e do Nordeste, possibilitando a promoção de atividades industriais integradas, de modo a constituir um núcleo de irradiação de desenvolvimento, geração de emprego e renda e integração regional. Espera-se, ainda, que com a implantação haja manutenção de condições adequadas de equilíbrio do ecossistema e de preservação dos recursos naturais não renováveis e a garantia da qualidade de vida da população local, especialmente quanto à racionalidade da ocupação espacial e utilização dos recursos naturais da região.

3 COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO ENQUANTO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Portos voltados para o desenvolvimento socioeconômico, ou seja, àqueles que integram de forma sistêmica, em seu espaço e em sua área de influência, o máximo de atividades econômicas, podem desempenhar vários papéis. A partir de políticas de desenvolvimento claramente definidas, utilizando gerência dinâmica e capacitada com ênfase na comercialização e marketing, estes podem acelerar a integração socioeconômica e espacial.

Considera-se que eles podem desempenhar pelo menos três papéis (Arruda; Bastos e Boudouin ,2000, p. 03):

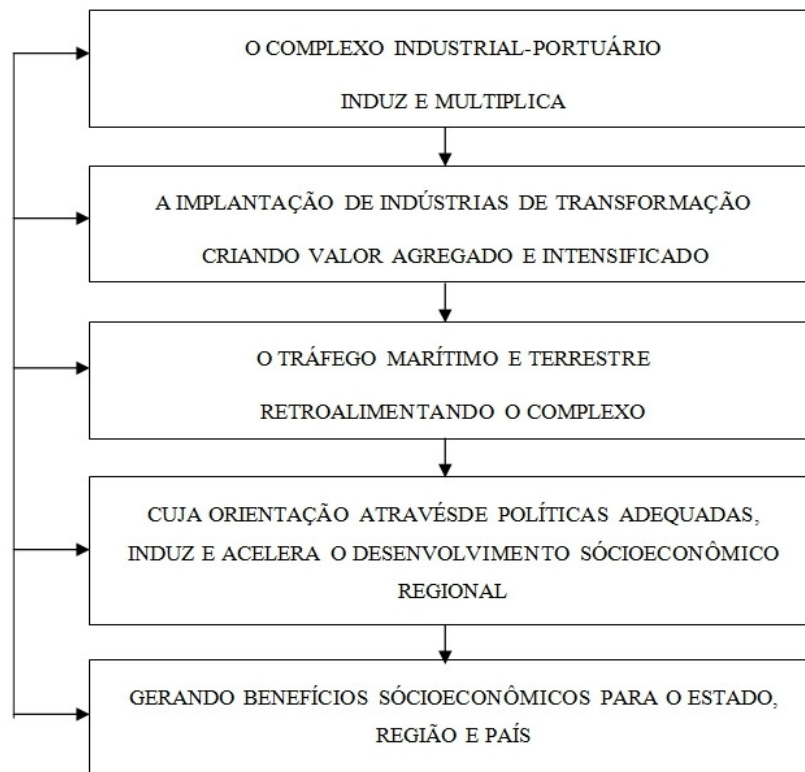
- 1) O primeiro é a possibilidade de induzir o desenvolvimento de toda uma região (aspecto socioeconômico);
- 2) O segundo é o de ser um equipamento estruturante do espaço (aspecto organizacional);
- 3) O terceiro está ligado ao fato dele ser uma estrutura de oferta: terminal e/ou ponto de transbordo, interfase entre os transportes marítimos e terrestres (aspecto técnico)."

Para que um porto esteja, o melhor possível, inserido na política de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, na busca de soluções duradouras para os problemas sociais e econômicos do Estado, todos estes três aspectos devem ser necessários e, simultaneamente, considerados e estruturados o mais cedo possível.

Por associar decisões públicas (infraestruturas de transportes, uso do solo, etc.) que dependem, diretamente, da escolha política, a decisões privadas (comércio e serviços), o sucesso de um porto resulta do encontro de interesses coletivos e particulares, não importando o modo de gestão que será utilizado.

O Complexo possibilita o funcionamento de indústrias de transformação instaladas nele ou em sua área de influência. Estas indústrias, por sua vez, levam a necessidade de comercialização e de serviços em diferentes níveis, inclusive de distribuição e de estocagem. Tem-se, desta maneira, um conjunto integrado de atividades. Elas não apenas garantem a rentabilidade e consolidação do porto como podem trazer crescimento da produção econômica e, também, o desenvolvimento socioeconômico.

Gráfico 1 – Efeitos multiplicadores a serem induzidos para maximização dos benefícios socioeconômicos e vinculados à implantação e operação de um Complexo Industrial e Portuário



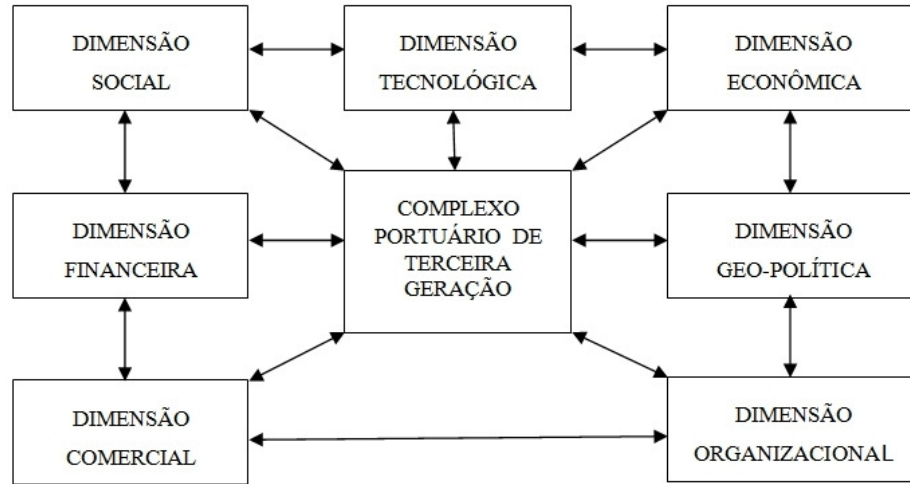
Fonte: Bastos, M. e Boudouin, D. F., 1996, p. 07.

Alguns objetivos gerais e específicos são estabelecidos para portos que orientam, claramente, o seu desenvolvimento enquanto instrumento de apoio ao Desenvolvimento Regional. Assim, devem-se buscar objetivos como definidos em (Arruda; Bastos, 2000, p. 05).

- Busca ser um instrumento sinérgico, um meio poderoso, um subsistema organizado, do sistema econômico regional. Para isto devem-se centrar esforços em ações visando integrar a coleta, transformação e distribuição de insumos e produtos com origem e/ou destino em sua área ou em sua própria área de influência;
- Agregar o máximo de valor possível às atividades desenvolvidas no complexo e em sua área de influência, a fim de multiplicar a geração de divisas e de empregos. Evitando-se exportações in natura e a granel e privilegiando-se importações nestas formas;
- Oferecer serviços multimodais de transportes integrados e sincronizados quer em nível marítimo quer em nível terrestre, de modo a minimizar o deslocamento total da carga;

- Preservar o meio ambiente no qual está inserido.

Gráfico 2 – Dimensões envolvidas com um porto voltado para o desenvolvimento socioeconômico



Fonte: Arruda, J. B. F., Bastos, de M. M. M., 2000, p. 05.

É importante enfatizar que cada dimensão explicitada contribui para o atendimento dos objetivos. Alguns aspectos devem ser ressaltados em relação a cada uma destas dimensões subjacentes ao porto, a saber

- Dimensão Social: deve-se gerar o máximo número de empregos no porto e em sua área de influência, fomentar a capacitação continuada dos trabalhadores no seu âmbito e garantir-lhes qualidade de vida que lhes permitam satisfação pessoal e alto desempenho no trabalho.
- Dimensão Tecnológica: ele deve contar com conexões marítimas e de superfície, inclusive terrestre, bem projetadas e operadas. São ainda fundamentais o uso de modernos equipamentos de movimentação, de transportes e de sistemas de telecomunicações bem gerenciados e modernos. Ainda, são imprescindíveis o fornecimento contínuo e adequado de outras infraestruturas de base tais como energia, água e esgoto.
- Dimensão Econômica: para garantir desenvolvimento, é necessário que se estimulem investimentos rentáveis que utilizem ao máximo as potencialidades locais em termos

de recursos de produção (insumos, tecnologia, capital, mão de obra e capacidade empresarial).

- Dimensão Financeira: os enormes investimentos de capital para dotação de infraestrutura exigem parceria entre Estado e setor privado, na definição de políticas operacionais, direcionadas para a geração de economias de escala que beneficiem a ambos.
- Dimensão Geopolítica: a concorrência aguerrida entre portos deve-se dar mais, entre blocos regionais, direcionados para a geração ou continentais do que entre os complexos de uma mesma região/país.
- Dimensão Comercial: como não basta a um porto ofertar infraestrutura sem dar a conhecer a gama e qualidade dos serviços ofertados, um vigoroso trabalho de comercialização e marketing é vital. O trabalho deve ser feito no sentido de mostrar a clientes potenciais, vinculados a toda a cadeia de produção, as vantagens econômico-financeiras de se instalarem no porto.
- Dimensão Organizacional: a entidade gestora deve atuar sobre todas as dimensões aqui explicitadas, assegurando operação e expansão em bases sistêmicas, envolvendo todos os setores de produção que utilizam o porto e sua área de influência e, particularmente, as conexões de transportes a ele vinculadas.

Os portos modernos, de terceira geração, mesclam todos os objetivos supramencionados, resultando em uma maior relação custo/benefício para os setores públicos e privados e para a sociedade em geral. Observa-se que alguns dos objetivos supramencionados, embora interrelacionados, são conflitantes, exigindo da atividade gestora do Complexo, ações harmonizadoras, tendo em vista o atendimento de múltiplos objetivos.

4. COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP

4.1 Aspectos Técnicos

Tendo em vista as perspectivas de desenvolvimento industrial do Estado do Ceará, devido à implantação de novas atividades industriais, foi realizada, em 1989, uma palestra na Associação Comercial do Ceará visando à criação de um novo Terminal Marítimo.

Em seguida, o Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), baseado em cartas náuticas do litoral em questão, apresentou uma análise dos possíveis locais para a implantação do terminal, no litoral compreendido entre a região do Mucuripe e Camocim.

Inicialmente, pensou-se em aproveitar a infraestrutura portuária existente no Mucuripe e adaptá-la para as condições desejadas. Mas verificou-se que pelo fato da cidade está envolvendo completamente o Porto, o transporte de mercadorias estaria, seriamente, comprometido e não existiria retro área disponível para atender aos parâmetros do projeto. Além disso, o Porto de Fortaleza possui limitações operacionais, principalmente de calado, que impedem a atracação de navios de grande porte.

Então, foram realizados levantamentos topo hidrográficos nas duas áreas, onde a batimétrica de 20 m mais se aproxima da costa, Pecém e Paracuru. Em face à comparação de todos os possíveis locais para implantação do Porto, a alternativa mais viável, técnica e economicamente, foi a do Pecém, pois oferece as condições de profundidades desejadas. Esse fato aliado à proximidade de Fortaleza e às vastas áreas, com baixa ocupação de solo, foi fundamental na escolha.

Assim sendo, em janeiro de 1995, a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ através do INPH foi contratada pelo Governo do Estado do Ceará, para realizar estudos técnicos visando ao desenvolvimento do projeto de Engenharia do Porto do Pecém.

O Porto do Pecém é do tipo off-shore, ou seja, afastado da praia, de modo a minimizar os danos sobre a linha do litoral e possui uma profundidade de até 17,5 m. Com isso, a corrente litorânea, formada entre a zona de arrebentação das ondas e a linha da costa, continuará a passar por baixo da ponte, alimentando as praias do litoral oeste.

As instalações portuárias constam, em seu arranjo geral, de uma ponte de acesso, três piers com seis berços de atracação e um quebra-mar em forma de "L", com comprimento de

2.768m, sendo 1.800m no sentido paralelo ao continente e 968m perpendicular ao mesmo. A área de pátio de estocagem e manuseio de contêineres e cargas em geral é de 380.000 m². Já os armazéns, para atender à movimentação de outras cargas soltas que precisam ficar abrigadas do tempo, bem como para serem utilizados nas operações de ova e desova de contêineres possuem área de 6.250 m² e 10.000 m² respectivamente.

Na primeira fase foram construídos o Pier 1 – Terminal de Insumos/Produtos Siderúrgicos e Carga em Geral – TSID, com dois berços de atracação de 350 m cada com 45 m de largura, para possibilitar a operação de granéis sólidos do berço interno e carga geral no berço externo e o Pier 2 – Terminal de Petróleos/Derivados e granéis líquidos – TPET, com dois berços de atracação de 336,56 m cada, com 12,5 m de largura e, atualmente, opera com navio de regaseificação da Petrobrás.

Na primeira etapa de ampliação, foi construído o Terminal de Múltiplas Utilidades – doravante TMUT, com comprimento total de 760 m e largura de 115m em dois berços de atracação e é um terminal especializado para movimentação de cargas gerais.

Em sua segunda etapa de ampliação do Terminal Portuário do Pecém, serão construídos dois berços para exportação das placas e cargas gerais com comprimento total de 560m e 115m de largura, de ampliação do quebra-mar existente e de uma segunda ponte de acesso ao TMUT.

O Terminal portuário conta ainda com um Sistema de Descarga e Transporte de Granéis Sólidos de Baixa Densidade do Pier 1 que, em sua fase inicial, é composto de 01 (um) Descarregador de Navios na tecnologia de concha, com capacidade máxima de 1.000t/h; 01 (um) Descarregador de Navios na tecnologia de descarga contínua por rosca transportadora, com capacidade nominal de 2.400t/h; e 01 (uma) Correia Transportadora na tecnologia tubular, com comprimento total de 6.057m. Esse equipamento transporta Granéis Sólidos de Baixa Densidade do Berço interno do Terminal de Granéis Sólidos e Produtos Siderúrgicos - TSID (Pier I), no Terminal Portuário do Pecém, até o Ponto de Entrega na Torre de Transferência TT-04, no Setor 1 do CIPP.

Também está em fase de contratação, um Sistema de Descarga e Transporte de Granéis Sólidos de Alta Densidade do Pier 1, que em sua fase inicial, será composto de 01 (um) Descarregador de Navios na tecnologia de descarga contínua por elevadores de canecas, com capacidade nominal de 2.400t/h; e 01 (uma) Correia Transportadora na tecnologia tubular com

comprimento total de 8.840m. Esse equipamento transportará, inicialmente, minério de ferro do Berço Externo do Terminal de Granéis Sólidos e Produtos Siderúrgicos – TSID (Pier I), no Terminal Portuário do Pecém, até o Ponto de Entrega na Torre de Transferência TT-04, no CIPP.

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém situa-se nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante a aproximadamente 56 km de Fortaleza. Os principais acessos, a partir de Fortaleza são pela BR-222 e pela Rodovia CE-085, que se encontra em execução os serviços de sua duplicação. As CE's 421 e 156 limitam a Fase 1 da área do Complexo pelo leste e oeste, respectivamente.

Tem, em sua primeira fase, 13.337 ha, dos quais 53% pertencem ao município de Caucaia e 47% ao de São Gonçalo do Amarante. Dessa área, 2.340ha são Áreas de Preservação Permanente; 440ha, áreas livres; e 109 ha referentes ao Jardim Botânico. A área total do CIPP declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação e ocupação industrial, é de 33.500ha.

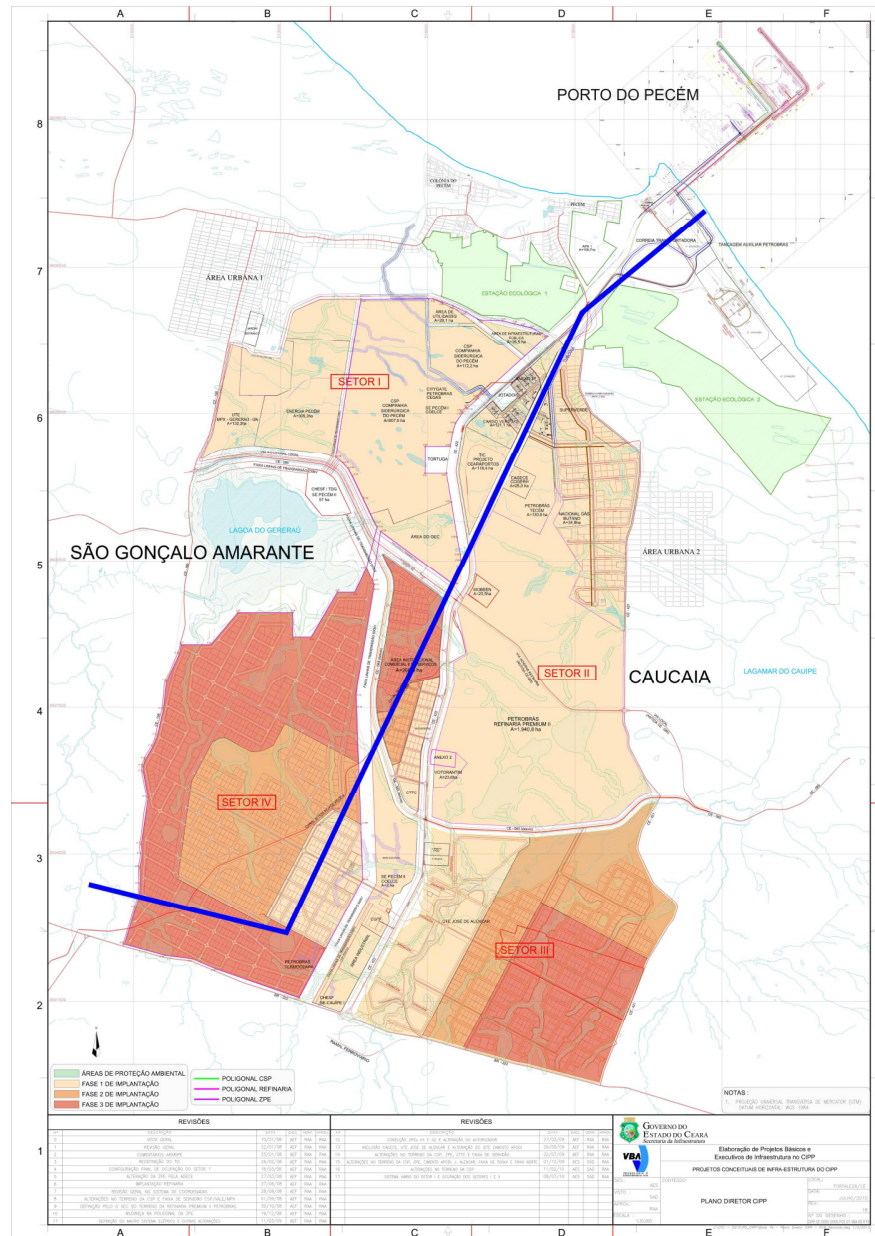
Diversos Planos Diretores, para disciplinamento da ocupação industrial do CIPP foram desenvolvidos, de forma a definir as necessidades locacionais das atividades; e possibilitar o atendimento de infraestruturas de forma integrada a estas áreas. Em resumo, foram desenvolvidos 03 (três) Planos Diretores para o CIPP, sempre levando-se em consideração, os Projetos de maiores demandas, quer portuárias quer de infraestruturas para a sua planta industrial.

O primeiro Plano Diretor considerava um Projeto Siderúrgico chamado CSC- Companhia Siderúrgica do Ceará, com produção prevista de 1.500.00 ton/ano, e voltada para o mercado interno. O segundo Plano Diretor foi desenvolvido em função da alteração do projeto original da CSC, tendo como principal alteração a mudança do redutor do processo de carvão para gás natural, e a inclusão de uma refinaria com capacidade para 100.000 barris/dia. Estes projetos não tiveram sequência e, novamente, o Plano Diretor teve que ser alterado para atendimento às novas demandas.

O terceiro e atual Plano Diretor já contempla o empreendimento CSP – Companhia Siderúrgica do Pecém, com produção de 3.000.000 ton/ano de placas, para exportação, e o empreendimento Refinaria Premium II da PETROBRAS, com capacidade de refino de 200.000 barris/dia. Podemos assegurar que este Plano Diretor está consolidado, e apenas

pequenas adequações pontuais são necessárias para acomodação de empreendimentos de pequeno e médio portes.

Mapa 1 – Plano Diretor do Complexo Industrial e Portuário do Pecém



Fonte: SEINFRA

A malha ferroviária, já implantada, e as novas intervenções projetadas, estão, perfeitamente definidas, nos Projetos de Infraestruturas desenvolvidos pela SEINFRA. Em linhas gerais contemplam a conexão com o ramal Pecém da Transnordestina, possibilidade de

quadruplicar as linhas ao longo do eixo de infraestruturas da CE 422, criação de uma Pêra Ferroviária no centro geométrico do CIPP, criação de uma Pêra Ferroviária na retro área do Porto do Pecém, possibilidade de conexões com ramais ferroviários para a Siderúrgica, Zona de Processamento de Exportação - ZPE e Refinaria.

O abastecimento de água bruta, projetado para o CIPP, é feito a partir de dois sistemas independentes de adução; o primeiro já integralmente concluído, foi a construção de um canal aberto a partir do Açude Sítios Novos, que possibilita vazão regularizada da ordem de 1,2m³/segundo, e o segundo sistema, é o Eixão de Interligação desde o açude Castanhão, passando pelos reservatórios do Pacoti, Riachão e Gavião até o reservatório central do CIPP, e que tem vazão regularizada da ordem de 4,0m³/segundo em sua primeira etapa, que encontra-se em execução.

Para a distribuição interna às indústrias, foi projetado um macro-sistema de adutoras principais que atendem gravitacionalmente e individualmente os quatro setores do CIPP. Para o atendimento pontual das indústrias, as conexões são feitas a partir de pontos, já definidos, nas referidas adutoras de distribuição.

O Sistema de Ágrua Bruta do Setor 1 do CIPP já está executado quase que integralmente e atende à área das Usinas Termelétricas e Usina Siderúrgica, além de outras pequenas demandas na área.

O planejamento, para ocupação industrial do CIPP, com definição de áreas e o desenvolvimento de projetos de infraestruturas, foi feito a partir da conclusão do atendimento individual a indústrias com as maiores demandas de infraestruturas (viárias, portuárias, energia elétrica, drenagem, água bruta, geração de efluentes industriais, etc.). No segundo estágio, são consideradas as demais demandas utilizando-se do conceito de saturação para atendimento por área total, e não demanda individual.

Para o CIPP, as indústrias consideradas “âncoras” foram a Refinaria Premium II; a Copanhia Siderúrgica do Pecém; a Usina Termoelétrica da PPGE (MPX); a Subestação CHESF; a Usina Termoelétrica Endesa; a Cimento Apodi, a Cimento Votorantim e a Usina Termoelétrica Termoceará.

A necessidade de segurança para a população, da preservação ambiental e do adequado uso do solo urbano na área do Mucuripe, em Fortaleza, motivaram a decisão governamental de incentivar a transferência das bases de armazenagem de derivados de petróleo ali

existentes, para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém. A Petrobrás e as demais Companhias Distribuidoras estão desenvolvendo os projetos para a criação do Centro de Tancagem.

4.2 A Gestão do CIPP

A gestão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém é motivo de preocupação desde a sua criação. Ao longo da implantação do CIPP, o Governo do Estado criou vários grupos técnicos de acompanhamento do projeto.

Em 1995, foi criado o Grupo de Trabalho Interdisciplinar (GTI) para acompanhamento do projeto de construção do CIPP. Em 1997, pelo Decreto de N° 24.496, foi criado Grupo de Trabalho Participativo (GTP), que tem por objetivo ser porta voz dos anseios da comunidade, afetada pelo empreendimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, encaminhando e controlando suas reivindicações, preocupações e soluções propostas.

Faziam parte do GTP do CIPP os representantes de dez Secretarias Estaduais, das Prefeituras e das Câmaras Municipais de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, da Assembléia Legislativa, da sociedade civil e da população diretamente impactada.

Em 2003, o decreto N° 27.069, instituiu um novo grupo de trabalho participativo com o objetivo de acompanhar, apoiar e monitorar as ações do CIPP e suas interrelações, visando à promoção de atividades industriais integradas e de outras ações correlatas.

Em 2010, um novo grupo foi criado através do decreto N° 30.102, o Grupo de Monitoramento de Ações Interinstitucionais e Setoriais do CIPP (GMAIS), vinculado a Comissão Central de Desapropriações e Perícias da Procuradoria Geral do Estado e era composto por 11 representantes de nove secretarias estaduais.

Apesar dos esforços de todos esses grupos de trabalho, ainda não se conseguia ter uma boa interlocução entre o Governo e o setor privado. Com esse objetivo, em 2011, através da Lei N° 15.083, foi instituído um modelo de gestão para o CIPP e área de seu entorno e que definiu três instrumentos de gestão: o Plano Diretor; o Conselho Gestor e a Unidade Gestora do CIPP e Áreas de Entorno.

O Conselho Gestor é composto por 33 representantes, sendo 13 do Governo do Estado (SEPLAG, PGE, CM, SECITECE, SESA, CEDE, SSPDS, CONPAM, SCIDADES, SDA, SEINFRA, STDS, SEDUC), 01 da Prefeitura de São Gonçalo do Amarante, 01 da prefeitura

de Caucaia, 01 da Assembléia Legislativa, 01 do Pacto pelo Pecém e 15 da sociedade civil (FCDL, FIEC, FAEC, FECOMÉRCIO, CEPIMAR, SEBRAE, FACC, CIC, FACIC, CSP, PETROBRÁS, Porto Pecém Geração de Energia, Centrais Sindicais, FETRAECE, Representante das Empresas pertencentes ao CIPP organizadas em Associação ou Condomínio).

O Conselho Gestor é vinculado ao Gabinete do Governador e tem como competências: Contribuir e referendar o Plano Básico de Ação – PBA, e os Planos Operacionais Anuais; Avaliar anualmente a situação do CIPP e da implantação do PBA; e, opinar previamente a qualquer órgão ou entidade estadual, sobre a instalação de empreendimentos industriais e empresas no CIPP.

Já a Unidade Gestora será composta por: Presidência, Diretoria de Planejamento e Gestão, Diretoria de Sustentabilidade Socioambiental e, Diretoria de Infraestrutura e Ouvidoria.

A Unidade Gestora também é vinculada ao gabinete do Governador e terá como atribuições: planejar, articular, executar e avaliar as ações para garantir a implantação e o pleno funcionamento do CIPP; propor e executar o Plano Básico de Ações – PBA; propor a estrutura de gestão e funcionamento definitivos para a Unidade Gestora; propor sistema gerencial para acompanhamento e monitoramento da execução e situação do PBA; preparar relatório anual de monitoria e avaliação; propor anualmente o Plano operacional – POA, realizar gestões junto a órgãos da administração federal, instâncias municipais e entes privados instalados no CIPP; epPropor ao Poder Executivo a realização de convênios, ajustes ou acordos com entidades oficiais, com vistas a integração de programas com a finalidade de desenvolver a indústria e empresas locais e assegurar o desenvolvimento regional sustentável.

Verifica-se que o esforço é contínuo de todos os envolvidos na implantação do CIPP, porém, espera-se que na prática, isso tudo contribua para o bom desenvolvimento da região.

5 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

O Município de São Gonçalo do Amarante, criado em 1868, com origem no Município de Caucaia, é um dos 184 municípios do Estado do Ceará. Localiza-se na macrorregião da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e na microrregião do Baixo Curu e limita-se ao norte com o Oceano Atlântico e os municípios de Paracuru e Paraipaba, ao sul com os municípios de Pentecoste e Caucaia, ao leste com o município de Caucaia e a oeste com os municípios de Trairi, São Luiz do Curu e Pentecoste. Sua área é de 834,39 Km². Além do Distrito Sede, conta com os Distritos de Croatá, Cágado, Pecém, Serrote, Siupe, Taíba e Umarituba. Distante 58 Km da Capital do Estado, tem como vias de acesso a BR-222 e a CE-085. (IPECE, 2012).

Tabela 1 – Características da População

	2000	2010	Var. % 2000/2010
População Total	35.608	43.890	23,25%
População Rural	13.531	15.353	13,46%
População Urbana	22.077	28.537	29,26%
Taxa de Urbanização ¹	62,00%	65,02%	
Densidade Demográfica ²	42,28%	52,67%	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010

Podemos verificar que no período de 2000-2010, a população de São Gonçalo cresceu em 23,25%, passando de 35.608 em 2000 para 43.890 em 2010 e esse crescimento se deu principalmente na zona urbana com a taxa de urbanização tendo crescido em 4,83%. Do total da população em 2010, 50,93% é composta por homens e 49,07% de mulheres.

O município conta com 539 docentes, dos quais 126 em escolas de âmbito do estado, 331 em escolas, sob responsabilidade do município e 82 particulares. As matrículas iniciais para o ano letivo de 2011 registraram um total de 11.405 alunos, para os quais estavam disponíveis 398 salas de aula, distribuídas em 61 salas para as escolas estaduais, 282 para as escolas municipais e 55 para as particulares. (Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, 2011).

¹ Taxa de Urbanização é a porcentagem de uma dada população que vive na zona urbana.

² Densidade Demográfica é a medida expressa pela relação entre a população e a superfície do território.

A estrutura pública de capacitação profissional na região é composta pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), o Serviço de Aprendizagem da Indústria (SENAI) e, encontra-se em fase final de construção o Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC).

Através de sua unidade operacional que é o Centro Vocacional Técnico (CVT), o CENTEC oferta os cursos de formação inicial nas áreas de: agropecuária, indústria, comércio, construção civil, meio ambiente, gestão, química, recursos pesqueiros e turismo e, na área técnica oferta cursos de: metalúrgica, materiais, agricultura, aquicultura, cozinha e informática.

Após sua conclusão, o CTTC ofertará cursos na área de construção civil, eletromecânica e petroquímica.

As 20 Unidades de Saúde do município são ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Essas Unidades são: 1 hospital geral, 1 clínica especializada/ambulatório especialidades, 3 unidades de vigilância sanitária, 10 centros de saúde/unidades básica de saúde e 1 unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia. O atendimento da população do município é feito por 50 médicos, 26 enfermeiros, 39 dentistas e 108 agentes comunitários de saúde. Além disso, estão disponíveis também, 179 outros profissionais de saúde de nível médio e 22 de nível superior. (Secretaria de Saúde do Estado do Ceará – SESA, 2011).

6 METODOLOGIA

Este capítulo destina-se à apresentação da metodologia empregada no presente estudo, cujo principal propósito é avaliar o impacto da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no desenvolvimento do Município de São Gonçalo do Amarante.

Para tanto, faremos um estudo de caso por meio de uma análise empírica dos indicadores sociais e econômicos do Município de São Gonçalo do Amarante, levando em consideração o período entre 2000 e 2010, comparando o desempenho do referido município com a média dos dez melhores municípios em cada uma das variáveis.

Neste estudo adotamos os seguintes indicadores de análise:

a) Indicadores sociais:

- Percentual de domicílios com coleta de lixo adequada
- Percentual de domicílios com energia elétrica
- Percentual de domicílios ligados a rede geral de esgoto
- Percentual de domicílios ligados a rede geral de água
- Percentual de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas
- Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

b) Indicadores econômicos:

- Receita Corrente
- Imposto Sobre Serviço
- Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
- Cota do Fundo de Participação dos Municípios
- Cota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
- Imposto sobre Produtos Industrializados – Exportação
- Produto Interno Bruto
- Índice Firjan de Gestão Fiscal

Além dos indicadores acima mencionados, utilizamos a Estatística de Emprego e Renda, no período 2006/2010, para retratar a evolução do número de empresas instaladas e empregos gerados no município.

Para este trabalho utilizamos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

7 RESULTADOS DA PESQUISA

7.1 Indicadores Sociais

Tabela 2 – Percentual de domicílios com coleta de lixo adequada – 2000/2010

Ranking 2000	Município	% domicílios c/ coleta de lixo adequada 2000	Ranking 2010	Município	% domicílios c/ coleta de lixo adequada 2010	Var. absoluta em pontos % 2000/2010
1	Fortaleza	95,20	1	Fortaleza	98,75	
2	Maracanaú	89,99	2	Maracanaú	95,95	
3	Juazeiro do Norte	89,77	3	Juazeiro do Norte	94,22	
4	Itaitinga	80,33	4	Itaitinga	94,15	
5	Pacatuba	77,71	5	Eusébio	94,05	13,67%
6	Caucaia	75,28	6	Pacatuba	93,96	(média)
7	Sobral	69,96	7	Horizonte	91,04	
8	Maranguape	69,08	8	Sobral	88,54	
9	Iguatu	68,79	9	Guaramiranga	85,77	
10	Eusébio	67,75	10	Crato	84,11	
46	São Gonçalo do Amarante	47,72	42	São Gonçalo do Amarante	70,89	23,16%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010

Tabela 3 – Percentual de domicílios com energia elétrica – 2000/2010

Ranking 2000	Município	% domicílios energia elétrica 2000	Ranking 2010	Município	% domicílios energia elétrica 2010	Var. absoluta em pontos % 2000/2010
1	Fortaleza	99,45	1	Fortaleza	99,70	
2	Maracanaú	99,00	2	Baixio	99,65	
3	Eusébio	98,14	3	São Benedito	99,63	
4	Pacatuba	97,66	4	Brejo Santo	99,55	
5	Juazeiro do Norte	97,55	5	Groaíras	99,53	2,11% (média)
6	Caucaia	97,40	6	Iguatu	99,53	
7	Groaíras	96,82	7	Guaraciaba do Norte	99,53	
8	Limoeiro do Norte	96,76	8	Jaguaribe	99,53	
9	Pacujá	95,92	9	Barreira	99,51	
10	Russas	95,92	10	Horizonte	99,51	
82	São Gonçalo do Amarante	85,68	110	São Gonçalo do Amarante	98,48	12,80%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010

Em relação a tabela 2, no período de 2000-2010 o Percentual de Domicílios com Coleta de Lixo Adequada do município aumentou em 23,16%, enquanto a média dos dez municípios com melhores desempenho neste índice no Estado aumentou em 13,67%. Esse aumento fez com que o município pulasse da 46ª para a 42ª posição entre os municípios do Estado.

Na tabela 3, durante o período de 2000-2010 o Percentual de Domicílios com Energia Elétrica do município aumentou em 12,80%, enquanto a média dos dez municípios com melhores desempenho neste índice no Estado aumentou em 2,11%. Apesar do aumento no percentual de domicílios com energia elétrica, pode-se observar que o município caiu da 82ª para a 110ª posição entre os municípios do Estado. Porém, se pode observar que, segundo a classificação do Ministério das Minas e Energia, o município já pode ser considerado universalizado com relação à energia.

Tabela 4 – Percentual de domicílios ligados a rede geral de esgoto – 2000/2010

Ranking 2000	Município	% domicílios ligados rede geral esgoto 2000	Ranking 2010	Município	% domicílios ligados rede geral esgoto 2010	Var. absoluta em pontos % 2000/2010
1	Pacatuba	50,00	1	Sobral	68,72	
2	Sobral	47,53	2	Pacatuba	61,97	
3	Maracanaú	45,87	3	Forquilha	59,70	
4	Fortaleza	44,40	4	Fortaleza	59,56	
5	Quixadá	39,12	5	Brejo Santo	54,74	17,33%
6	Penaforte	37,07	6	Penaforte	53,52	(média)
7	Pacujá	33,41	7	Maracanaú	51,01	
8	Baturité	29,51	8	Jaguaribara	50,50	
9	Juazeiro do Norte	28,55	9	Jaguaribe	49,85	
10	Irauçuba	27,95	10	Quixadá	47,13	
84	São Gonçalo do Amarante	2,87	56	São Gonçalo do Amarante	17,80	14,93%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

No período de 2000-2010 o Percentual de Domicílios ligados a Rede Geral de Esgoto do município aumentou em 14,93%, enquanto a média dos dez municípios com melhores desempenho neste índice no Estado aumentou em 17,33%. Esse aumento fez com que o município pulasse da 84ª para a 56ª posição entre os municípios do Estado. Embora ainda

muito baixa, a taxa de cobertura de esgoto do município, melhorou bastante no período, aumentando em mais de seis vezes.

Tabela 5 – Percentual de domicílios ligados a rede geral de água – 2000/2010

Ranking 2000	Município	% domicílios ligados rede geral agua 2000	Ranking 2010	Município	% domicílios ligados rede geral agua 2010	Var. absoluta em pontos % 2000/2010
1	Juazeiro do Norte	88,48	1	Maracanaú	96,97	
2	Fortaleza	87,21	2	São João do Jaguaribe	95,69	
3	Sobral	84,61	3	Pacatuba	95,57	
4	Maracanaú	84,09	4	Croatá	94,60	
5	Pacatuba	82,63	5	Sobral	94,16	14,02% (média)
6	Icapuí	76,94	6	Fortaleza	93,31	
7	Barbalha	73,07	7	Juazeiro do Norte	92,59	
8	Crato	73,06	8	Forquilha	91,07	
9	Orós	72,74	9	Itaitinga	90,91	
10	Iguatu	72,63	10	Altaneira	90,86	
133	São Gonçalo do Amarante	33,49	160	São Gonçalo do Amarante	50,25	16,76%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

Tabela 6 – Percentual de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas – 2000/2010

Ranking 2000	Município	% pessoas 15 anos ou mais analfabetas 2000	Ranking 2010	Município	% pessoas 15 anos ou mais analfabetas 2010	Var. absoluta em pontos % 2000/2010
1	Fortaleza	11,21	1	Fortaleza	6,94	
2	Maracanaú	14,98	2	Pacatuba	9,38	
3	Pacatuba	17,48	3	Maracanaú	9,66	
4	Caucaia	18,98	4	Caucaia	12,89	
5	Crato	22,91	5	Eusébio	13,53	
6	Maranguape	23,75	6	Crato	14,96	-7,73% (média)
7	Eusébio	23,84	7	Maranguape	15,40	
8	Juazeiro do Norte	24,95	8	Horizonte	15,65	
9	Itaitinga	25,10	9	Juazeiro do Norte	16,21	
10	Limoeiro do Norte	25,71	10	Sobral	17,00	
22	São Gonçalo do Amarante	29,97	19	São Gonçalo do Amarante	20,18	-9,79%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

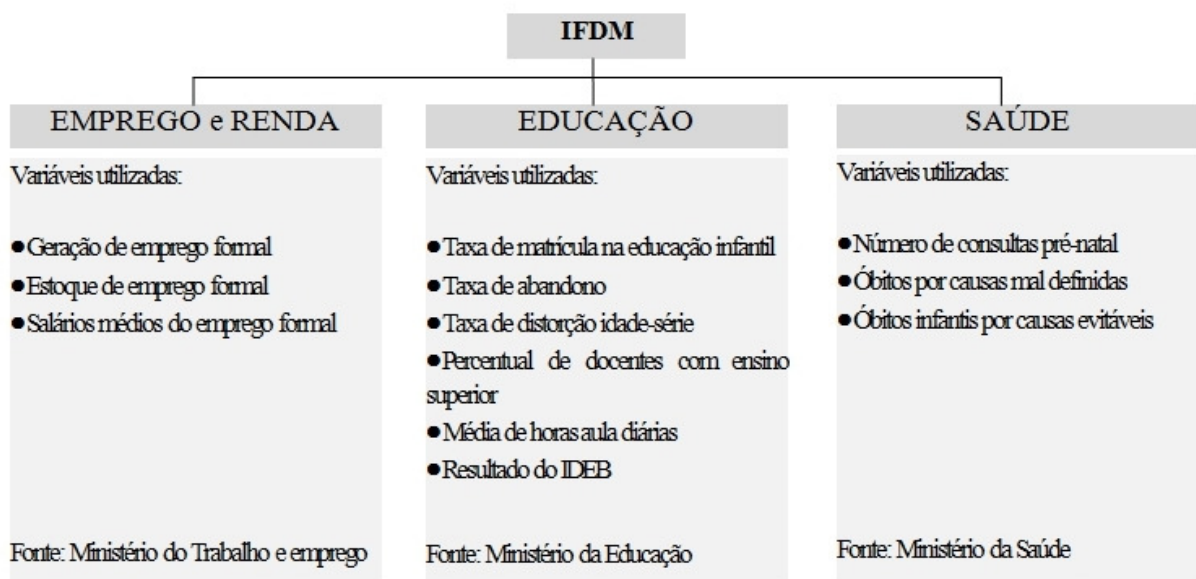
Observa-se na tabela 5 que, no período de 2000-2010, o Percentual de Domicílios ligados a Rede Geral de Água do município aumentou em 16,76%, enquanto a média dos dez municípios com melhores desempenho neste índice no Estado aumentou em 14,02%. Apesar deste aumento no percentual de ligações, pode-se observar que o município caiu da 133ª para a 160ª posição entre os municípios do Estado.

E na tabela 6, no período de 2000-2010 o Percentual de Pessoas com 15 anos ou mais Analfabetas do município diminuiu em 9,79%, enquanto a média dos dez municípios com melhores desempenho neste índice no Estado, caiu em média 7,73%.

7.1.1 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), é publicado anualmente baseado em três áreas: Emprego e Renda, Educação, Saúde e, calculado com igual ponderação das três áreas. Este índice possibilita o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social dos municípios brasileiros. O índice de cada área é calculado baseado em algumas variáveis, conforme se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo das Variáveis que compõem o cálculo do IFDM - por Área de Desenvolvimento



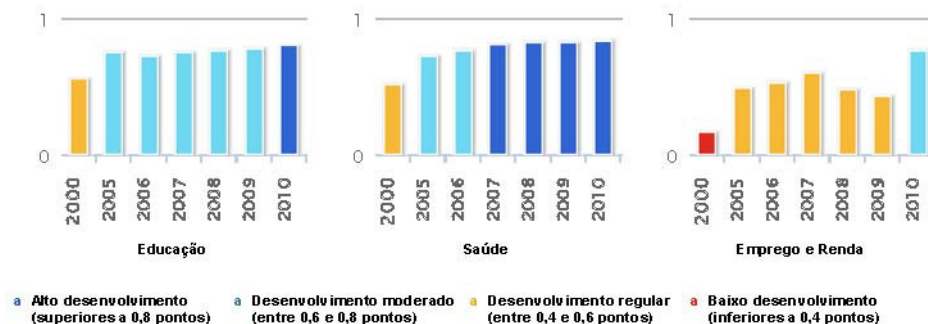
Fonte: Sistema FIRJAN

O índice varia de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1, melhor será o nível de desenvolvimento do município. Com base nessa metodologia, estipularam-se as seguintes classificações:

- a) Municípios com IFDM entre 0 e 0,4 → baixo estágio de desenvolvimento;
- b) Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 → desenvolvimento regular;
- c) Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 → desenvolvimento moderado;
- d) Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 → alto estágio de desenvolvimento.

No Gráfico 3 pode-se verificar a evolução dos índices por área, no período de 2000 a 2010, do Município de São Gonçalo do Amarante. Observa-se que os indicadores de Educação e Saúde foram os que mais contribuíram para a melhora do município, porém o de Emprego e Renda deu um salto muito grande no ano de 2010.

Gráfico 3 – Evolução anual do IFDM – 2000/2010



Fonte: Sistema FIRJAN

Tabela 7 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) – 2000/2010

Ranking 2000	Município	IFDM 2000	Emp. e Renda	Educação	Saúde	Ranking 2010	Município	IFDM 2010	Emp. e Renda	Educação	Saúde	Var. % 2000/2010
1	Eusébio	0,6543	0,6757	0,5934	0,6938	1	Eusébio	0,8315	0,7679	0,8916	0,8350	
2	Paracuru	0,6534	0,6988	0,5716	0,6899	2	São Gonçalo do Amarante	0,8056	0,7686	0,8080	0,8398	94,26%
3	Fortaleza	0,6407	0,6864	0,5622	0,6735	3	Maracanaú	0,7895	0,7511	0,8042	0,8132	
4	Sobral	0,5940	0,4762	0,6309	0,6750	4	Fortaleza	0,7880	0,8795	0,7268	0,7577	
5	Pacatuba	0,5936	0,6097	0,5606	0,6106	5	Juazeiro do Norte	0,7442	0,6621	0,7536	0,8168	
6	Maracanaú	0,5934	0,4302	0,6276	0,7225	6	Horizonte	0,7413	0,6512	0,7494	0,8232	26,07%
7	Juazeiro do Norte	0,5695	0,4739	0,5203	0,7143	7	Sobral	0,7404	0,4835	0,8501	0,8877	(média com Eusébio)
8	Ibiapina	0,5691	0,5503	0,5655	0,5915	8	Russas	0,7325	0,5189	0,8035	0,8752	
9	Santana do Acaraú	0,5674	0,5361	0,5683	0,5980	9	Barbalha	0,7206	0,5501	0,7683	0,8435	
10	Russas	0,5637	0,5491	0,5548	0,5971	10	Caucaia	0,7193	0,6728	0,7321	0,7531	
118	São Gonçalo do Amarante	0,4147	0,1733	0,5545	0,5164							

Fonte: Sistema FIRJAN

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 7, no período de 2000-2010 o IFDM do município de São Gonçalo do Amarante aumentou em 94,26%, enquanto a média dos dez municípios com melhores desempenho neste índice no Estado aumentou em 26,07%. Esse aumento fez com que o município pulasse da 118ª para a 2ª posição entre os municípios do Estado.

Com o IFDM de 0,8056, o município passa a ser classificado como de alto estágio de desenvolvimento (acima de 0,8 pontos) e juntamente com Eusébio (IFDM 0,8315), são os dois únicos municípios cearenses a obterem essa classificação. Em termos de ganhos de pontuação em seu IFDM pode-se dizer que o município teve significativas melhoras na área de educação e saúde, mas principalmente na vertente de emprego e renda, que de 2000-2010 variou em 0,5954. Dessa forma, constata-se a grande influencia da implantação do CIPP, através do seu alto potencial de geração de emprego na região.

7.2 Indicadores Econômicos

Tabela 8 – Receita Corrente – 2000/2010

Ranking 2000	Município	Receita Corrente 2000 (*)	Ranking 2010	Município	Receita Corrente 2010	Var. % 2000/2010
1	Fortaleza	1.610.407.742,87	1	Fortaleza	3.361.737.150,16	
2	Maracanaú	165.414.114,62	2	Maracanaú	356.934.760,44	
3	Sobral	149.384.338,81	3	Sobral	335.860.213,00	
4	Caucaia	96.866.084,55	4	Caucaia	323.880.829,67	
5	Juazeiro do Norte	95.173.057,37	5	Juazeiro do Norte	243.249.207,05	122,71% (média)
6	Crato	51.233.807,84	6	Crato	124.453.824,86	
7	Iguatu	48.005.886,59	7	Itapipoca	115.349.853,97	
8	Maranguape	37.716.403,60	8	Iguatu	108.058.245,16	
9	Canindé	36.333.302,94	9	Maranguape	107.183.233,92	
10	Itapipoca	35.713.280,55	10	Eusébio	104.264.950,45	
58	São Gonçalo do Amarante	15.624.356,61	15	São Gonçalo do Amarante	82.694.102,88	429,26%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Finanças do Brasil – FINBRA

(*) A preços reais com base em 2010

No período de 2000-2010 a Receita Corrente do município aumentou em 429,26%, enquanto a média dos dez municípios com maior Receita Corrente no Estado aumentou em 122,71%. Esse aumento fez com que o município pulasse da 58ª para a 15ª posição entre os municípios do Estado.

Tabela 9 – Imposto Sobre Serviço (ISS) – 2000/2010

Ranking 2000	Município	ISS 2000 (*)	Ranking 2010	Município	ISS 2010	Var. % 2000/2010
1	Fortaleza	158.526.094,62	1	Fortaleza	363.778.383,55	
2	Caucaia	4.183.201,79	2	São Gonçalo do Amarante	31.744.768,15	3.739,00%
3	Maracanaú	2.803.502,17	3	Maracanaú	10.717.402,94	
4	Sobral	2.334.491,22	4	Caucaia	10.149.304,66	
5	Juazeiro do Norte	2.015.933,09	5	Sobral	9.938.413,52	
6	Eusébio	1.528.008,35	6	Eusébio	8.749.574,70	169,11%
7	Crato	1.107.788,84	7	Juazeiro do Norte	7.666.334,46	(média com Fortaleza)
8	Aquiraz	993.358,50	8	Aracati	4.965.502,11	
9	Russas	927.772,55	9	Crato	4.333.676,09	
10	Jaguaribara	904.405,54	10	Aquiraz	4.330.004,92	
11	São Gonçalo do Amarante	826.900,23				

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Finanças do Brasil – FINBRA

(*) A preços reais com base em 2010

No período de 2000-2010 a arrecadação de ISS do município passou de R\$ 826.900,23 para R\$ 31.744.768,15, o que representa um aumento em 3.739,00%, enquanto a média dos dez municípios com maior Receita de ISS no Estado aumentou em 169,11%. Esse aumento fez com que o município pulasse da 11ª para a 2ª posição entre os municípios do Estado, evidência de que o impacto da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e, principalmente, do Porto do Pecém.

Tabela 10 – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) – 2000/2010

Ranking 2000	Município	ITBI 2000 (*)	Ranking 2010	Município	ITBI 2010	Var. % 2000/2010
1	Fortaleza	27.398.671,37	1	Fortaleza	67.138.700,92	
2	Caucaia	639.623,49	2	Aquiraz	3.246.067,67	
3	Aquiraz	520.356,07	3	Eusébio	2.581.833,41	
4	Sobral	321.296,95	4	Caucaia	2.054.716,41	
5	Juazeiro do Norte	321.242,38	5	Juazeiro do Norte	1.730.186,75	169,98%
6	Maracanaú	237.533,89	6	Sobral	1.192.691,58	(média)
7	Beberibe	166.306,39	7	Maracanaú	1.136.678,07	
8	Eusébio	109.133,06	8	Crato	733.723,75	
9	Crato	105.760,22	9	Beberibe	506.313,45	
10	Cascavel	96.658,69	10	Barbalha	447.992,74	
30	São Gonçalo do Amarante	25.814,36	12	São Gonçalo do Amarante	398.370,23	1.443,21%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Finanças do Brasil – FINBRA

(*) A preços reais com base em 2010

No período de 2000-2010 a arrecadação de ITBI do município aumentou em 1.443,21%, enquanto a média dos dez municípios com maior Receita com ITBI no Estado aumentou em 169,98%. Esse aumento fez com que o município pulasse da 30ª para a 12ª posição entre os municípios do Estado.

Tabela 11 – Cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – 2000/2010

Ranking 2000	Município	Cota FPM 2000 (*)	Ranking 2010	Município	Cota FPM 2010	Var. % 2000/2010
1	Fortaleza	251.934.234,74	1	Fortaleza	548.809.947,51	
2	Caucaia	34.480.864,62	2	Sobral	61.670.632,43	
3	Maracanaú	34.381.438,04	3	Caucaia	61.339.798,97	
4	Juazeiro do Norte	29.213.832,93	4	Juazeiro do Norte	60.708.326,03	
5	Sobral	27.480.828,66	5	Maracanaú	60.708.326,02	108,16% (média)
6	Crato	13.722.195,00	6	Crato	27.694.531,37	
7	Itapipoca	13.095.425,92	7	Maranguape	26.065.441,28	
8	Maranguape	12.973.899,06	8	Itapipoca	26.065.441,28	
9	Quixadá	12.183.826,50	9	Iguatu	24.436.351,20	
10	Iguatu	11.880.733,30	10	Quixeramobim	21.211.221,02	
57	São Gonçalo do Amarante	6.406.615,87	41	São Gonçalo do Amarante	14.661.810,73	128,85%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Finanças do Brasil – FINBRA

(*) A preços reais com base em 2010

No período de 2000-2010 o valor recebido através do Fundo de Participação dos Municípios aumentou em 128,85%, enquanto a média dos dez municípios com maior Receita Corrente no Estado aumentou em 108,16%. Verificamos que o aumento do valor recebido do FPM não foi muito maior que os demais municípios, no entanto e, baseado também em outros indicadores, podemos dizer que o município não tem dependência de transferências intergovernamentais.

Tabela 12 – Cota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – 2000/2010

Ranking 2000	Município	Cota ICMS 2000 (*)	Ranking 2010	Município	Cota ICMS 2010	Var. % 2000/2010
1	Fortaleza	386.155.973,63	1	Fortaleza	572.575.227,26	
2	Maracanaú	64.010.580,22	2	Maracanaú	110.707.798,10	
3	Sobral	26.342.242,83	3	Sobral	62.875.781,33	
4	Eusébio	18.125.417,97	4	Caucaia	47.754.749,62	
5	Juazeiro do Norte	13.943.301,97	5	Horizonte	31.429.502,85	66,53%
6	Caucaia	12.874.292,87	6	Eusébio	29.886.465,00	(média)
7	Horizonte	11.397.254,02	7	Juazeiro do Norte	23.407.506,22	
8	Crato	10.059.059,71	8	Maranguape	20.143.723,32	
9	Maranguape	9.051.148,85	9	Pacatuba	17.476.301,43	
10	Pacajús	8.398.080,70	10	Aquiraz	16.910.280,00	
43	São Gonçalo do Amarante	1.797.399,65	30	São Gonçalo do Amarante	4.195.579,86	133,43%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Finanças do Brasil – FINBRA

(*) A preços reais com base em 2010

No período de 2000-2010 o valor recebido através da Cota de ICMS do município aumentou em 133,43%, enquanto a média dos dez municípios com maior Receita Corrente no Estado aumentou em 66,53%.

Tabela 13 – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) – 2000/2010

Ranking 2000	Município	Cota IPVA 2000 (*)	Ranking 2010	Município	Cota IPVA 2010	Var. % 2000/2010
1	Fortaleza	53.619.005,79	1	Fortaleza	106.884.783,93	
2	Juazeiro do Norte	1.813.672,12	2	Juazeiro do Norte	5.347.311,68	
3	Sobral	1.782.684,85	3	Sobral	4.131.450,41	
4	Vázeza Alegre	1.447.620,79	4	Caucaia	2.993.385,32	
5	Crato	1.114.545,31	5	Maracanaú	2.602.043,16	105,00%
6	Caucáia	1.013.232,96	6	Crato	2.197.146,76	(média)
7	Iguatu	854.607,25	7	Iguatu	1.789.209,47	
8	Maracanaú	636.060,66	8	Eusébio	1.651.335,38	
9	Quixadá	626.963,09	9	Russas	1.202.897,09	
10	Russas	452.446,33	10	Tianguá	1.089.321,70	
72	São Gonçalo do Amarante	63.119,93	51	São Gonçalo do Amarante	272.465,34	331,66%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Finanças do Brasil – FINBRA

(*) A preços reais com base em 2010

No período de 2000-2010 o valor recebido através da Cota de IPVA do município passou de R\$ 63.119,93 para R\$ 272.465,34, o que representa um aumento de 331,66%, enquanto a média dos dez municípios com maior arrecadação de IPVA no Estado aumentou em 105,00%.

Isso mostra que, com a instalação de novas indústrias na região, o número de veículos aumentou e, conseqüentemente, a arrecadação de IPVA.

Tabela 14 – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) Exportação – 2000/2010

Ranking 2000	Município	Cota IPI Exportação 2000 (*)	Ranking 2010	Município	Cota IPI Exportação 2010	Var. % 2000/2010
1	Fortaleza	3.676.145,43	1	Fortaleza	2.938.361,82	
2	Maracanaú	614.363,05	2	Maracanaú	545.603,21	
3	Sobral	245.258,52	3	Sobral	374.705,78	
4	Aracati	192.923,27	4	Horizonte	156.098,52	
5	Crato	179.683,67	5	Eusébio	143.014,90	-17,80%
6	Eusébio	168.838,39	6	Maranguape	102.671,56	(média)
7	Caucaia	141.433,68	7	Aquiraz	88.458,66	
8	Camocim	124.541,71	8	Pacatuba	84.254,14	
9	Missão Velha	109.264,81	9	Pacajus	68.366,91	
10	Horizonte	106.464,48	10	Paracuru	67.957,45	
63	São Gonçalo do Amarante	13.987,65	25	São Gonçalo do Amarante	25.297,12	80,85%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Finanças do Brasil – FINBRA

(*) A preços reais com base em 2010

No período de 2000-2010 o valor recebido através da Cota de IPI Exportação do município passou de R\$ 13.987,65 para R\$ 25.297,12, o que representa um aumento em 80,85%, enquanto a média dos dez municípios com maior Receita de IPI Exportação no Estado diminuiu em 17,80%. Esse aumento fez com que o município pulasse da 63ª para a 25ª posição entre os municípios do Estado.

Podemos constatar que, esse grande destaque do município, se deu em função do grande volume de exportação de produtos pelo Porto do Pecém.

Tabela 15 – Produto Interno Bruto (PIB) – 2002/2010

Ranking 2002	Município	PIB por município 2002	PIB per capita 2002	Ranking 2010	Município	PIB por município 2010	PIB per capita 2010	Var. Nominal % 2000/2010
1	Fortaleza	14.348.427,00	6.410,00	1	Fortaleza	37.106.309,00	15.161,00	
2	Maracanaú	1.643.834,00	7.526,00	2	Maracanaú	4.100.336,00	19.549,00	189,03%
3	Sobral	942.511,00	5.727,00	3	Caucaia	2.597.520,00	7.999,00	(média, incluindo
4	Caucaia	770.866,00	2.316,00	4	Sobral	2.348.207,00	12.472,00	Horizonte,
5	Juazeiro do Norte	610.318,00	3.041,00	5	Juazeiro do Norte	1.959.969,00	7.842,00	Crato e Quixeré)
6	Eusébio	469.745,00	11.182,00	6	Eusébio	1.271.649,00	27.616,00	
7	Crato	337.096,00	2.926,00	7	São Gonçalo do Amarante	1.117.611,00	25.431,00	1.405,55%
8	Horizonte	313.615,00	7.678,00	8	Horizonte	995.679,00	18.053,00	
9	Pacajús	281.898,00	5.402,00	9	Crato	846.429,00	6.969,00	
10	Iguatu	272.960,00	3.493,00	10	Quixeré	776.829,00	39.997,00	
43	São Gonçalo do Amarante	74.233,00	2.199,00					

Fonte: IPECE e IBGE

No período de 2002-2010 o PIB de São Gonçalo do Amarante teve uma variação significativa de 1.405,55%, enquanto a média dos dez municípios com maior PIB no Estado aumentou 189,03%. Isso fez com que o município passasse da 43ª para a 7ª posição entre todos os municípios do Estado.

Quando verificamos o PIB per capita a variação foi de 1.056,48%. O PIB per capita de R\$ 25.431,00 coloca o município na terceira posição do Estado, ficando atrás somente de Quixeré (R\$ 39.997,00) e Eusébio (R\$ 27.616,00).

Vale destacar que a variação nominal de SGA foi a maior do Estado nesse período e, isso deve-se ao grande aumento de empreendimentos que vêm se instalando no Complexo Industrial e Portuário do Pecém desde meados dos anos 2000 e, ao funcionamento do Porto do Pecém, que teve suas atividades iniciadas no final de 2001.

Esse aumento do PIB do município deverá continuar nos próximos anos, pois as grandes indústrias do Complexo Industrial ainda estão em fase de implantação. Somente com a implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, o PIB do município deverá ser

incrementado em 1.970%, durante as obras e, em 3.940%, quando a mesma estiver em pleno funcionamento.³

7.2.1 Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF

O Índice Firjan de Gestão Fiscal - IFGF, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), é composto por cinco indicadores: Receita Própria, Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida e, calculado com pesos de 22,5% dos três primeiros e com peso de 10% do último, conforme se pode observar no Quadro 2.

Quadro 2 – Resumo dos indicadores que compõem o cálculo do Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF

IFGF				
Receita Própria	Investimentos	Gastos com Pessoal	Liquidez	Custo da Dívida
Capacidade de arrecadação	Capacidade de fazer investimentos	Grau de rigidez do orçamento	Utilização do artifício dos restos a pagar sem cobertura	Custo da dívida de longo prazo
Receita Própria	Investimentos	Gastos com Pessoal	Restos a Pagar	Juros e Amortizações
Receita Corrente Líquida	Receita Corrente Líquida	Receita Corrente Líquida	Ativo Financeiro	Receita Líquida Real
22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	10,0%

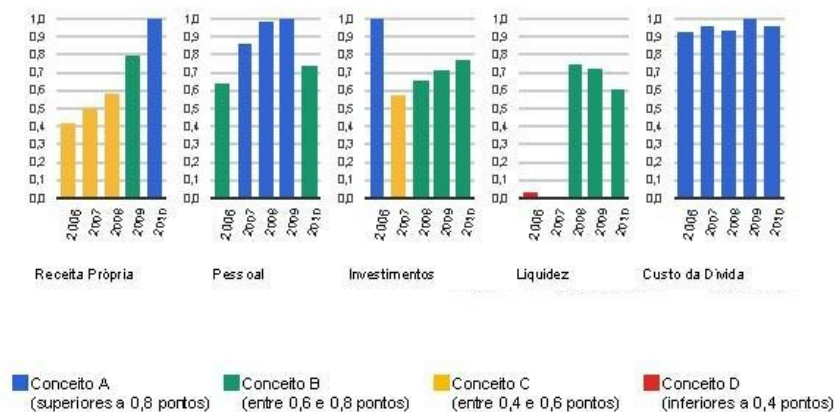
Fonte: Sistema FIRJAN

O índice varia de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1, melhor é a gestão fiscal do município. Com base nessa metodologia, foram convencionados quatro conceitos:

- Resultados superiores a 0,8 → conceito A (Gestão de Excelência);
- Resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 → conceito B (Boa Gestão);
- Resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 → conceito C (Gestão em Dificuldade);
- Resultados inferiores a 0,4 → conceito D (Gestão Crítica).

³ <http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/economia/o-impacto-espetacular-dos-numeros-da-siderurgica-do-pecem>

Gráfico 4 – Evolução anual do IFGF – 2006/2010



Fonte: Sistema FIRJAN

Tabela 16 – Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) – 2006/2010

Ranking 2006	Município	IFGF 2006	Ranking 2010	Município	IFGF 2010	Var. % 2006/2010
1	Caucaia	0,7911	1	São Gonçalo do Amarante	0,7955	41,35%
2	Parambu	0,7553	2	Alto Santo	0,7954	
3	Alto Santo	0,7366	3	Tejuçuoca	0,7069	
4	Horizonte	0,7274	4	Penaforte	0,6984	
5	Arneiroz	0,7250	5	Jaguaribe	0,6935	
6	Aquiraz	0,7042	6	Horizonte	0,6927	-2,80% (média)
7	Fortim	0,6925	7	Aquiraz	0,6790	
8	Miraíma	0,6859	8	Martinópolis	0,6711	
9	São João do Jaguaribe	0,6696	9	Nova Olinda	0,6616	
10	Assaré	0,6657	10	Itarema	0,6587	
50	São Gonçalo do Amarante	0,5628				

Fonte: Sistema FIRJAN

Conforme podemos observar na Tabela 15, no período de 2006-2010, o IFGF do município de São Gonçalo do Amarante melhorou em 41,35%, enquanto a média dos dez municípios com melhores desempenho neste índice no Estado piorou em 2,8%.

Esse aumento fez com que o município passasse da 50ª para a 1ª posição entre os municípios Cearenses. Com o IFGF de 0,7955, o município passa a ser classificado como Conceito A (Boa Gestão).

Quanto a Receita própria, que mede a relação entre a receita gerada pelo município e a receita corrente líquida⁴, São Gonçalo do Amarante foi o único do Estado a alcançar em 2010 o índice mais alto que é 1 e a ser classificado como Gestão de Excelência (acima de 0,8) no que se refere a arrecadação.

Esse excelente desempenho, frente aos demais municípios do Estado, deve-se em grande parte, a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que fez com que a arrecadação do Município aumentasse consideravelmente.

7.3 Empresas e ocupações em São Gonçalo do Amarante

Tabela 17 – Estatística de Emprego e Renda – 2006/2010

	2006	2010	Unidade	Var. % 2006/2010
Número de unidades locais	417	576	Unidades	38,12%
Pessoal ocupado total	3.332	7.394	Pessoas	121,91%
Pessoal ocupado assalariado	2.934	6.840	Pessoas	133,13%
Salário médio mensal	1,9	2,5	Salários mínimos	31,58%

Fonte: IBGE

Como podemos observar, o número de empresas, no município de São Gonçalo do Amarante, aumentou em 38,12% no período de 2006-2010.

Já o número de pessoas ocupadas também aumentou bastante, tanto assalariados, como não assalariados. A variação do aumento de assalariados foi bem acima, ficando em 133,13%, enquanto a de não assalariados foi somente de 39,20%.

Apesar desse significativo aumento no número de empregos, a média do salário aumentou muito pouco nesse período e isto significa que, as pessoas ainda ganham em média somente 2,5 salários mínimos mensais.

4 Receita Corrente Líquida é o total das receitas orçamentárias municipais, deduzidas as contribuições dos servidores para o custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira dos diversos regimes de previdência social.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho foi motivado pelo interesse de avaliar as mudanças que poderão ocorrer no Município de São Gonçalo do Amarante, e como elas irão afetar o desenvolvimento local.

Destaca-se no estudo em referência, como um Complexo Industrial e Portuário pode funcionar como indutor de desenvolvimento da região onde está localizado. Na análise dos indicadores sociais, verificamos uma melhora, porém, ainda insignificante, se comparados aos ótimos resultados ocorridos nos indicadores econômicos do Município.

Ao longo das informações apresentadas no capítulo de análise dos indicadores sociais, fica evidente a necessidade de implementação de ações que busquem melhorar a qualidade de vida da população do município, bem como a necessidade de implementar política pública voltada para o desenvolvimento socioeconômico do município.

Para tanto, procurar adotar um modelo baseado no desenvolvimento local, a partir da valorização das potencialidades locais, contando com a participação dos atores sociais da comunidade, prefeitura, associações, federações, organizações não-governamentais, empresas privadas, etc., integrando os interesses e buscando as melhores soluções para os problemas; construindo um desenvolvimento participativo e respeitando os limites impostos pela natureza, é primordial para que se alcancem patamares de vida mais dignos e equitativos.

São Gonçalo do Amarante, pela análise dos indicadores econômicos, passou a fazer parte do grupo de municípios do Estado com melhor desempenho na economia, resultado este, evidenciado pelo significativo aumento do PIB do Município, que teve uma variação no período estudado, de mais de mil por cento, fazendo com que o Município ficasse na 7ª posição entre todos os municípios do Estado.

Os resultados encontrados permitiram concluir que o município vem sofrendo transformações, em sua maioria positivas, no decorrer dos dez anos de funcionamento do Porto do Pecém e da implantação de algumas indústrias no Complexo Industrial e, tende a aumentar, à medida que o Complexo Industrial estiver em pleno funcionamento e, principalmente, com a as indústrias âncoras, Refinaria e Siderúrgica, instaladas.

Ainda, podemos afirmar que, os resultados aqui encontrados, têm uma grande relevância a nível acadêmico, uma vez que se trata de um estudo de caso real.

Vale ressaltar que este trabalho dá uma visão das mudanças ocorridas na região, mas, fica urna lacuna que poderá ser instrumento de estudos posteriores, em virtude do Complexo Industrial e Portuário ainda não estar concluído.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**. Fortaleza: Banco do Nordeste S. A., 1998.

ARRUDA, J.B. ; BASTOS, M.M. e BOUDOUIN, D. **Portos: instrumentos estratégicos para o desenvolvimento regional e nacional**. Fortaleza: NUPELTD, 2000.

_____. **O complexo industrial e portuário do pecém: Um Instrumento Estratégico para o Desenvolvimento do Estado do Ceará**. Fortaleza: NUPELTD/DET/CT/UFC, 1997.

BUARQUE, Sérgio Cristóvão. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARMO, Maria Lady Paz Sales. **Desenvolvimento econômico local: A Experiência do Município de Tejuçuoca(Ce)**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 1999. 50p. (Monografia de Especialização em Gestão Contemporânea no Setor Público)

COELHO, Franklin Dias. **Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local**. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). *Desenvolvimento Local*. São Paulo: Polis, nº 25, p.45-68, 1996.

LEÃO, Fernando Antônio de Oliveira. **Planejamento como ferramenta do governo: uma análise dos planos de governo do estado do ceará nos últimos 50 anos**. Fortaleza, 2011.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças do Brasil (FINBRA). **Dados contábeis dos municípios 2000**.

_____. Finanças do Brasil (FINBRA). **Dados contábeis dos municípios 2010**.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas econômicas**.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 14 nov. 2012.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: 2012. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

_____. **Cadastro Central de Empresas 2006**. Rio de Janeiro: 2007.

_____. **Cadastro Central de Empresas 2010**. Rio de Janeiro: 2012.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Banco de Dados de Indicadores socioeconômicos da região do CIPP.** Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/cipp/indicadores-socioeconomicos-cipp>>. Acesso em: 23 out. 2012.

_____. **A evolução do PIB dos municípios cearenses no período 2002-2010.** Fortaleza: 2012.

PNUD - **Programa das nações unidas para o desenvolvimento.** Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

SISTEMA FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Edição 2008.

SISTEMA FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Edição 2012.

_____. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal – IFGF. Edição 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Estudo do Vetor Transportes no Contexto da Plataforma Logística do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Relatório 01. Fortaleza: CTIDETINUPLTED, 1998.